

Aviso n.º 3385/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Atanásio Pedro de Nascimento Francisco, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 2 de Maio de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3386/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Jesus Mendes Tavares Silva, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 21 de Janeiro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3387/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Anca Maria Toader, natural de Cimpina, Roménia, de nacionalidade romena, nascida em 4 de Dezembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3388/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ruhani Zubeda Najmuddin, natural de Bombaim, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascida em 17 de Março de 1946, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3389/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Silvío de Souza Araujo, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 19 de Abril de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3390/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Rocha Neves, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 27 de Julho de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3391/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Upa Ferreira, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 11 de Junho de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as

alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3392/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria das Graças Cosmo Soares, natural de Belém, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 17 de Outubro de 1948, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 3393/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 2 de Março de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Regina Barbosa Varela, natural de Santo Amaro Abade, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 12 de Fevereiro de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Rectificação n.º 512/2005. — Por ter sido publicada com inexactidão a lista n.º 10/94 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 15 de Junho de 1994) relativa à concessão da nacionalidade portuguesa, rectifica-se que onde se lê «Maria Piedade Lizarda Baía» deve ler-se «Maria Piedade Lizardo Baía».

14 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conselho dos Oficiais de Justiça

Regulamento n.º 26/2005. — O Conselho, em sessão de 20 de Janeiro de 2004, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 111.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovou, por unanimidade, as seguintes alterações aos artigos 11.º, 13.º e 18.º do Regulamento das Inspeções dos Oficiais de Justiça (regulamento n.º 22/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 16 de Outubro de 2001):

«CAPÍTULO II

Dos inspeccionandos

Artigo 11.º

Âmbito

1 — A inspecção ordinária de qualquer tribunal, secretaria, juízo ou serviço abrangerá a actuação de todos os oficiais de justiça desde que reúnam os requisitos do n.º 1 do artigo seguinte.

2 — Excluem-se do âmbito da inspecção os oficiais de justiça que tenham sido aposentados, promovidos ou inspeccionados em período posterior ao abrangido pela inspecção, salvo se aqueles o requererem ao Conselho, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação que lhes será feita.

3 — A inspecção pode abranger a actuação de qualquer oficial de justiça que ali tenha prestado serviço, desde que o Conselho o entenda útil.

4 — São excluídos do âmbito da inspecção os secretários de tribunal superior.

CAPÍTULO III

CrITÉrios de classificação

Artigo 13.º

Elementos a considerar

- | | |
|-----|-------|
| 1 — | |
| 2 — | |

3 — Nas classificações são sempre ponderadas as circunstâncias em que decorreu o exercício de funções, designadamente as condições de trabalho e o volume de serviço, informações, resultado de inspecções ou processos disciplinares, bem como outros elementos complementares, desde que, em qualquer caso, se reportem ao período abrangido pela inspecção.

4 — No início de cada inspecção, será solicitado ao juiz presidente, bem como ao magistrado do Ministério Público coordenador, o parecer a que se reporta o artigo 72.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril.

5 — Os secretários de tribunal superior, secretários de justiça, escrivães de direito, técnicos de justiça principais, ou quem os substitua, fornecerão, por escrito, ao inspector descrição pormenorizada das funções desempenhadas por cada inspeccionando seu subordinado imediato, bem como apreciação fundamentada sobre a forma como aquele desempenhou as suas funções, apreciação que será ponderada a par dos elementos e circunstâncias previstos nos números anteriores.

Artigo 18.º

Meios de conhecimento

As inspecções devem, obrigatoriamente, utilizar os seguintes meios de conhecimento:

- a) Parecer a que se refere o artigo 72.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril;
- b) Elementos em poder do Conselho dos Oficiais de Justiça, nomeadamente os referidos no n.º 3 do artigo 13.º;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)

1 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *António Silva Ribeiro*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 6754/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 3 de Março de 2005:

Maria José Vieira de Sousa Lamim das Neves, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Silves — nomeada primeira-ajudante dos mesmos serviços (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 6755/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 4 de Março de 2005:

Maria Inês Ribeiro Castelo Branco Martins Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Amarante — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Paredes (4.º escalão, índice 290), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 6756/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 7 de Março de 2005:

Isabel Margarida Fernandes do Vale, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Aveiro — nomeada primeira-ajudante da 3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Joaquim da Rocha Martins, ajudante principal da Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo — nomeado ajudante principal do Arquivo Central do Porto (5.º escalão, índice 350), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 6757/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 8 de Março de 2005:

Aldina Martins Vitorino, primeira-ajudante da 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — nomeada primeira-ajudante da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Lopes Ferreira de Castro Almeida, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso (1.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 6758/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

José Paulo Mota Gonçalves, auxiliar técnico de museografia do quadro da Câmara Municipal de Santarém, a exercer em regime de comissão de serviço extraordinária as funções de especialista auxiliar estagiário na Polícia Judiciária — nomeado definitivamente especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Março de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 6759/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Ana Paula da Costa Matos, inspector-chefe de escalão 4, nomeada em comissão de serviço coordenadora de investigação criminal de escalão 1 da Polícia Judiciária, a contar de 5 de Setembro de 2001, para efeitos de antiguidade, com efeitos remuneratórios reportados a 1 de Outubro de 2001 — nomeada definitivamente na referida categoria com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2003, data em que perfaz um ano efectivo da nomeação em comissão de serviço, uma vez que perdeu 150 dias de antiguidade, no ano de 2002. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — O Director de Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 3394/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Medicina Legal de 11 de Março de 2005:

Mestre Nuno Henrique de Picado Santos — nomeado na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática do quadro único de pessoal do INML, para prestar funções na Delegação de Coimbra, precedendo concurso e aprovação em estágio. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso n.º 3395/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informam-se os interessados que se encontra afixada, para consulta, na secção de pessoal, a lista de antiguidade do pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, referente ao ano de 2004.